

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.154.255 - SP (2017/0205853-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM  
**ADVOGADOS** : HUGO METZGER PESSANHA HENRIQUES - RJ151285  
THAIS ROSSANO FOLLO PEREIRA - SP286364  
**AGRAVADO** : MÁQUINAS SAZI LTDA  
**ADVOGADO** : MARCIO CRISTIANO LAZZARI - RS084546

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 220):

*"AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMESSA DE MERCADORIAS PARA DEMONSTRAÇÃO E MOSTRUÁRIO. RÉ QUE PERMANECE COM AS MERCADORIAS SEM CUMPRIR A OBRIGAÇÃO DE PAGAR. NOTIFICAÇÃO. INÉRCIA DA DEMANDADA. PRAZO PRESCRICIONAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ART. 205 DO CC. PRAZO DECENAL. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS EM CASO DE IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA. ADMISSIBILIDADE. ART. 461, SS 1.º e 2.º DO CPC/1973, VIGENTE À ÉPOCA. IMPOSIÇÃO DE MULTA PELO ATRASO NO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL. Tratando-se de pretensão de direito pessoal fundada em descumprimento de contratual, o prazo aplicável é o decenal (art. 205 do Código Civil). Conforme estabelece o art. 289, do CPC/1973, é possível a formulação de mais de um pedido, de forma subsidiária. Em caso de conversão em perdas e danos, diante da impossibilidade de cumprimento da tutela específica e a requerimento do demandante, admissível a imposição de multa diária como forma de compelir o devedor ao cumprimento específico da obrigação. Recurso desprovido."*

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 206, §3º, IV, do Código Civil, ao argumento, entre outros, que "(...) a questão envolvida é claramente de prescrição trienal na forma do art. 206, § 3º, inciso IV do Código Civil de 2002, visto que o enquadramento jurídico • adequado

*ao caso é de enriquecimento sem causa (...)"*. (fl. 237)

É o relatório. Decido.

Cumpre observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 206, § 3º, IV, do CC, a recorrente sustenta a aplicação do prazo prescricional trienal ao caso, uma vez que a pretensão se funda em enriquecimento sem causa.

Por sua vez, o TJ-SP, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou que, por se tratar de pretensão de direito pessoal fundada em descumprimento contratual, o prazo aplicável é o decenal previsto no art. 205 do CC. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 222-223):

*"Narra a autora que encaminhou para a ré, em 11.6.08, mais de 50 itens para demonstração de mercadorias com o objetivo de avaliação, e, em caso de aprovação, futura aquisição dos bens, ou caso contrário, a sua devolução. Afirma a autora que tinha plena confiança na ré em razão de anteriores negociações. Entretanto, referidos produtos constantes da nota fiscal mencionada na petição inicial não foram devolvidos nem adquiridos pela ré. Conquanto notificada para devolução dos produtos, a ré manteve-se inerte. Pugna pela devolução dos produtos, ou então, a conversão em perdas e danos com cominação de multa diária pelo retardamento.*

*A ré em contestação não nega que houve a entrega dos produtos. Entretanto, afirma que foram adquiridos e que a ré não faz prova de suas alegações.*

*Pois bem. No que tange a prescrição da pretensão da autora, é incontroverso nos autos que houve a contratação para entrega de produtos para demonstração, em 2008, cabendo à empresa adquiri-los, em caso de aprovação, ou devolvê-los.*

*A ré não nega que houve a contratação, ainda que verbal. Assim, tratando-se de pretensão de direito pessoal fundada em descumprimento de contrato, o prazo aplicável é o decenal (art. 205 do Código Civil)." (grifou-se)*

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, "nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional" (AgInt no REsp 1.796.574/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 12/06/2019). Nessa linha de inteligência, confira-se o seguinte precedente:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO ORDINÁRIA. PRESCRIÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. ACÓRDÃO ESTADUAL EM DISSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL CARACTERIZADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**1. "Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional" (AgInt no REsp 1.796.574/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 12/06/2019).**

*Precedentes.*

2. No caso em tela, o v. acórdão estadual deve ser reformado pois, confirmando sentença, reconheceu a prescrição trienal, em que pese a pretensão da promovente, ora agravante, se fundamente em responsabilidade decorrente de contrato entabulado entre os ora litigantes. Nesse contexto, o prazo prescricional aplicável é decenal (CC, art. 205) e, uma vez afastada a então reconhecida prescrição, devem os autos retornar ao Juízo de piso para que continue no exame da ação ordinária, julgando-a como entender de direito.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial."

(AgInt no AREsp 1354740/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 09/10/2019 - grifou-se)

Nessa esteira, estando a decisão recorrida de acordo com a jurisprudência desta Corte, o apelo especial encontra óbice na Súmula n. 83/STJ, que se aplica pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado, no tocante à existência de relação contratual entre as partes, ensejaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7/STJ.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 10% para 11% sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator